

GREVE

Delegados da PF anunciam paralisação das atividades

Delegados de Polícia Federal anunciam para esta quinta-feira - Dia do Policial Federal -, suspensão de atividades por reestruturação das carreiras da corporação. Os policiais se dizem inconformados com o que classificam de 'desrespeito' do governo Lula ante uma antiga reivindicação da categoria. "Em plena crise da segurança pública, com o fortalecimento e a ampliação do domínio territorial por milícias, facções e narcotraficantes, o governo hesita em reestruturar e valorizar a Polícia Federal, assinando timidamente o decreto da GLO, um paliativo feito às pressas", avalia a delegada Tânia Prado, presidente da Federação Nacional dos Delegados da PF.

Tânia alerta que 'milícias coagem em plena luz do dia até

mesmo órgãos públicos com a cobrança de taxa semanal'.

Será o segundo ato dos policiais federais em protesto contra o 'descaso' do Planalto. Várias atividades da PF em todo o país serão afetadas durante todo o dia, avisam lideranças do movimento.

Em outubro, quando foi realizado o primeiro ato no chamado 'Dia D', os policiais se manifestaram nas superintendências regionais e outras unidades da PF, inclusive em Brasília, onde cerca de 200 agentes, delegados e servidores se concentraram em frente à sede da instituição.

Nesta quinta-feira, os federais planejam um protesto mais encorpado e desafiador. Em Brasília, está prevista uma manifestação em frente à sede da PF. Depois, eles pretendem se

deslocar para a área em frente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao lado do Palácio do Planalto.

A mobilização também conta desde o início da semana com inserções na TV, rádio e outdoor e irão até sexta-feira.

Os policiais destacam que para executar a GLO em portos e aeroportos o governo 'intensificou o emprego do efetivo da PF para coibir a criminalidade'.

Eles apontam 'falta de compromisso' do governo com a proposta de valorização das carreiras. Entidades de classe também alegam 'desrespeito' e 'descaso' por parte do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

"A pasta vem justificando que o governo ainda não teria encontrado uma solução orça-

mentária para a implementação da reestruturação das carreiras da PF", diz, em nota, a organização do movimento dos federais.

Os federais ressaltam que 'essa não é uma reivindicação classista, mas uma proposta da Polícia Federal, atrelada ao Ministério da Justiça'.

"O que estamos vendo, no entanto, é um descaso do Ministério da Gestão e da Inovação com a direção da PF e com o Ministério da Justiça. A proposta já está com eles há meses e todas as reuniões são proteladas. É preciso acabar com esse desrespeito com os servidores da Polícia Federal e com a própria Direção da PF", assinala nota subscrita por entidades de policiais federais.

Segundo essas organizações, 'uma polícia desvalorizada é uma sociedade desprotegida'.

PIADA PRONTA

Reunião de CPI da Enel na Alesp tem falta de energia

ISABELLA ALONSO PANHO/AE

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) ficou sem energia na manhã de ontem, na sessão para depoimento de Max Xavier Lins, diretor-presidente da Enel São Paulo. O depoimento é parte da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação da companhia, inclusive por falhas no fornecimento de energia.

O colegiado foi instalado em maio, para apurar "possíveis irregularidades e práticas abusivas" cometidas pela companhia, em especial "quedas de energia, a cobrança de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de

conservação da rede de infraestrutura e de distribuição energética".

A motivação da abertura da CPI foi a privatização da companhia em 2018. A antiga Eletropaulo foi vendida para a Enel, uma empresa italiana de fornecimento de energia. Agora, o colegiado também está investigando o apagão que atingiu a capital paulista e a Região Metropolitana entre os dias 3 e 7 de novembro.

Uma forte chuva provocou quedas de árvores e a degradação de estruturas públicas, atingindo o fornecimento de energia elétrica para mais de 2 milhões de usuários do serviço. A Prefeitura de São Paulo prometeu o reabastecimento da energia até o dia 7, terça-feira passada, mas houve imprevistos que ficaram até uma semana sem o serviço.

MATO GROSSO

Governo decreta emergência por 60 dias devido às altas temperaturas

O governo do Estado de Mato Grosso decretou situação de emergência ambiental por 60 dias devido às altas temperaturas. Segundo o decreto nº 584, publicado nesta terça-feira, o objetivo é buscar apoio do governo federal para reforçar as ações no combate aos incên-

dios florestais que vêm ocorrendo no Estado. O governo explicou, em nota, que a decisão considera as previsões de altas temperaturas e baixa umidade para os próximos dias, que favorecem a ocorrência dos incêndios.

"O documento é um reforço

ao Decreto nº 579/2023, que determinou a prorrogação do período proibitivo para queimadas no Estado até 30 de novembro, para atender à exigência do governo federal no pedido de apoio para combate aos incêndios", afirmou o governo mato-grossense.

"Dessa forma, as autoridades competentes, coordenadas pelo governo do Estado, ficam autorizadas a tomar todas as medidas necessárias à prevenção e ao combate aos incêndios florestais, como a compra de bens e materiais, com dispensa de licitação."

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Espaço prevenir SP atende mais de 700 pessoas em 2 meses

Um dos equipamentos mais inovadores do Governo de São Paulo no enfrentamento da dependência química, o Espaço Prevenir da capital completou dois meses com mais de 700 atendimentos. Lançado pela atual gestão no início de setembro, o serviço é voltado ao atendimento das famílias dos dependentes químicos e a adictos que estão em fase final de tratamento. O objetivo do serviço é prevenir as recaídas e fortalecer os vínculos familiares. Localizado no Tatuapé, na zona leste, o espaço está preparado para atendimentos individuais e em grupo, com uma equipe multidisciplinar, e conta com psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, entre outros profissionais.

Dona Ana (nome fictício) procurou pelo serviço logo após a inauguração. Ela buscou apoio para lidar com o filho de 37 anos. Aos 14 anos, ele começou a abusar do consumo de álcool. Logo, foi um trampoline para substâncias psicoativas como cocaína, maconha, crack e lança-perfume. "Eu preciso de ajuda como

mãe, e foi isso que o Prevenir me deu, coragem para enfrentar o problema junto com meu filho", emocionou-se. Criado para atuar na prevenção, o Espaço Prevenir estimula os familiares a enfrentarem o problema da dependência química e da codependência - uma missão difícil, mas de extrema importância.

"Estamos conquistando um perfil de atendimento que, historicamente, sempre teve pouco acesso a esse tipo de política pública, pois o foco é o grupo familiar, que é parte fundamental do processo de reabilitação", destaca Antônio Bernardo Araújo Júnior, coordenador do serviço na capital.

As cidades de São José dos Campos e São José do Rio Preto, no interior paulista, também contam com unidades. Em breve, será a vez de Ribeirão Preto. Na capital, além do serviço presencial, também há atendimentos remotos por telefone ou chamada de vídeo para quem não pode se deslocar.

SENADO

Comissão aprova passagens aéreas gratuitas para pessoas com deficiência

Karina Ferreira/AE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou uma proposta que prevê a reserva e a gratuidade de passagens no transporte aéreo para pessoas com deficiência que possuam baixa renda. O projeto de lei foi aprovado no colegiado em deliberação terminativa, ou seja, com valor de decisão do Senado. Se não houver recurso para a votação em ple-

nário, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

O direito já era assegurado em ônibus interestaduais pela Lei do Passe Livre (Lei 8.899, de 1994), regulamentada pelo Decreto 3.691, de 2000, e outras três portarias. Também entram os transportes coletivos ferroviários e aquaviários interestaduais. Com o novo projeto de lei, além dessas passagens, também serão garantidas vagas em voos e em ônibus leitos e semi-leitos.

O texto, aprovado em segundo turno de votação da comissão, prevê que se em 90 dias não houver regulamentação da lei, as empresas devem passar a ofertar compulsoriamente dois assentos por veículo em todas as categorias de transporte coletivo (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo). Para impedir um "vácuo legal", a Lei do Passe Livre só será revogada depois da regulamentação entrar em vigor. O PL 1.252/2019 é de autoria

da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) e recebeu substitutivo do senador Romário (PL-RJ). O texto prevê que, quando não houver mais vagas disponíveis para PCDs, a empresa deverá emitir um documento reconhecendo que não havia assentos disponíveis e apresentar os próximos horários e datas disponíveis para a viagem. As vagas não solicitadas em até 48 horas antes da partida do veículo poderão ser vendidas aos demais passageiros.

MAGISTRATURA

CNJ cria exame nacional para selecionar novos juizes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem a criação do Exame Nacional de Magistratura para selecionar candidatos aos cargos de juiz em todo o país. A aprovação no exame será pré-requisito para participação nos concursos para magistrados.

Conforme resolução aprovada pelo conselho, os candidatos terão que obter nota mínima de 70% de acertos nas provas objetivas de ampla concorrência para serem aprovados. Candidatos auto-declarados negros e indígenas terão que obter nota mínima de 50%.

O novo exame será composto por 50 questões objetivas de direito constitucional, direito administrativo, direitos humanos e formação humanística.

As provas deverão ser realizadas uma vez por ano em todas as capitais de forma simultânea.

JUSTIÇA ELEITORAL

Cármem Lúcia vê 'preguiça cívica' com a democracia

PEPITA ORTEGA E RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, deu um conselho à população na manhã de ontem, ao fazer uma enfática defesa da Justiça Eleitoral e do esforço de seus integrantes para garantir a transparência e credibilidade do processo de votação no País.

"A única flor que garante a liberdade de você cultivar o que você quiser na sua vida é a flor da democracia. Tudo mais é erva daninha. Nunca façam concessões com isso, não vale a pena", disse. "Não tenham nenhum momento de preguiça cívica pois o preço será um dia você ter que lutar muito mais fortemente pela democracia, pelas suas liberdades", completou, se endereçando aos jovens.

A magistrada defendeu a necessidade de se 'enraizar' a votação democrática no Brasil, para que o País 'não seja só um modelo de processo eleitoral

democrático, mas um modelo de democracia para o mundo'.

As ponderações de Cármem se deram no seminário O Papel do Supremo nas Democracias, promovido pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. A ministra respondeu perguntas em um painel sobre a organização do processo eleitoral e sua credibilidade. Ela ainda encerra o evento com uma palestra sobre os 'desafios do Supremo Tribunal Federal na democracia brasileira'.

Cármem Lúcia abriu sua exposição explicando como a Justiça Eleitoral foi criada para dar uma resposta a vícios e à inconfiabilidade por parte do eleitorado, questões que levaram à ruptura do poder em 1930.

"Um dos motivos que levaram à aceitação desse movimento foi a ausência de eleições seguras e limpas. A Justiça eleitoral veio para dar conta dessa demanda e é exemplo no mundo, como um modelo", ressaltou.

Segundo a ministra, ter um

ramo do poder judiciário encarregado especificamente da justiça eleitoral 'assegura a integridade do processo eleitoral pela garantia do voto livre do eleitor'. "É um dado importante para a confiabilidade, a confiança e transparência ao processo".

Ela ressaltou que talvez grande maioria do eleitorado não tenha noção do que significa fazer uma eleição no mesmo dia, no mesmo horário, em uma das quatro maiores democracias do mundo, com a proclamação dos resultados horas depois da votação. "Não é um feito pequeno."

Cármem exaltou o trabalho da Justiça eleitoral. Em 2012 ela presidiu o TSE. Na ocasião, a Justiça eleitoral administrou 513 mil candidatos em uma votação com 123 milhões de eleitores, em três horários diferentes.

A ministra ressaltou como a Justiça começa a trabalhar para o pleito, um ano antes. "Não paramos um dia" Também frisou a importância da imprensa livre para o pleito.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIAS DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Athílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a HCOMMOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n. 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 16 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, e reunir-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 06 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Securitização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tempo, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programada ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"), toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte) dias úteis, devendo ser encaminhada a procuração, com as poderes específicos de representação na AGT. Entretanto, o montante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo aqui previsto, tal evento será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário, conforme previstas neste instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorizar a Securitizadora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SAN GERARDO", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identificação com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regularmente ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identificação com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identificação com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração, com os poderes específicos de representação na AGT. Encontra-se à disposição dos Srs. Titulares do CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formulário da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 16 de novembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição



Caderno Publicações Digitais

Diário do Acionista, 16 de novembro de 2023

JORNAL DIARIO DO
ACIONISTA
LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL
DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.16 05:52:45 -03'00'

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a H.COMMOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n. 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("*Termo de Securitização*"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("*Resolução CVM 60*"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 06 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Securitização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tempo, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programada ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"). Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte) dias contados do envio de prévia comunicação, pela Securitizadora, neste sentido. Caso o Devedor não deposite o montante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo ali previsto, tal evento será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário, conforme previstas neste instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. **quando pessoa física:** cópia digitalizada de identidade com foto; b. **quando pessoa jurídica:** (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. **quando Fundos de Investimentos:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. **quando representado por procurador:** caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 16 de novembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição